

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

**Pauta:** Assistência e Desenvolvimento Social

**Participantes poder público:** Og Oliveira Pinto (SMADS), Gabrielle Dias (SMS/SEABEVS), Bianca Lima (SMDHC/DPS), Clarice Shiozawa (SMDHC/CPD), Jayne Amaral (CRPIR - Leste 1), Daiana Sena (CRPIR - Leste 2), Jéssica Medeiros (CRPIR - Oeste), Zoraide Modenutte (DPE - NESCE), Maria Luiza Leal (CRPIR - Centro), Larissa Reis Bernardo (CROPH - NPJ Santa Cecília), Carolina Militão (CRPIR - Norte), Arlete Silva (SEHAB), Maria Lúcia Oliveira (SMDET - CT), Michele Oliveira (ITTC), Gislene Mendes (Vila Curuça - SMSE), Damiso Faustino (SMDHC - CPPSR), Edson Antônio Silva (CRPIR - Sul 2), Ana Katarina Barbosa (SMDHC/CPIR), Alírio Silva (CRPIR), Nathalia Prince (SMDHC/ODH), Gislene Mendes (Vila Curuça - SMSE), Stephanie Machado (CnR Bom Par), Samira (CnR Bom Par Sé), Julio Martinelli (SMT), Pedro Barboza (SMT), Heloyse Camargo (SAP/CRSC), Ellen Souza (SMDHC/CPDDH), Lígia Salomão (SMDHC/CPDDH), Alan Pessoa (SGM/SEPE), Ingrid Laura (SMSE), Giovanna Carlos (SMDHC/Egressos e Familiares), Mary Jello (SMDHC/Egressos e Familiares), Jennifer Souza (SMDHC/Egressos e Familiares), Paula Santos (SMDHC/Egressos e Familiares).

**Participantes Sociedade Civil:** Maurício Monteiro, Bruno Karam, Tempestade, Maialu Bistrichi, Milton Silva, Adelaide Lorena, Alice Vergueiro.

**Participantes Organização Social:** Nádia Lima (IREC - EMC), Elaine Monteiro (IREC), Helen Baum (IREC - EMC), Luana Mannrich (Casa Diversa), Ana Carolina Ferreira (CEDECA - Sapopemba), Isabella Soares (CEDECA - Sapopemba), Patrícia Rodrigues (Nova Rota), Fábio Pereira (Amparar), Mirian Duarte (Amparar), Maria Railda Silva (Amparar), Juliane Arcanjo (ITTC), Joel Novaes (Instituto Recomeçar), Letícia Maria Gil (Amparar), Walter Santos (Primeira Frente de Sobreviventes).

---

Às **14:18** do dia **20** do mês de **fevereiro** do ano de **2024**, presencialmente no auditório da SMDHC, na Rua Líbero Badaró, 119, reuniram-se os Srs. e Sras. indicados acima a fim de discutirem a pauta da reunião. A Sra. **Giovanna Carlos** (SMDHC - Egressos), coordenou a reunião com a Sra. **Paula Santos** (SMDHC - Egressos).

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares  
5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e  
Familiares**

A reunião se iniciou com o retorno dos encaminhamentos realizados ao longo das reuniões. O primeiro, que diz sobre a reunião entre SMDHC e SMDDET, foi realizado no caminho das propostas dadas na reunião passada. Giovanna indicou que foi um bom começo de articulação e que ainda tem um grande espaço de possibilidades pela frente.

Já em relação ao Scanner, Giovanna indicou que já havia dado um retorno anteriormente, mas que existem informações complementares sobre o assunto. O e-mail enviado pela Coordenação de Políticas para Egressos e Familiares solicitando mais informações para a SAP não teve retorno, assim, o setor buscou informações em portarias, normativas e/ou notas técnicas da secretaria do Estado – nada foi encontrado. Então, buscando pela internet, foi encontrado que em Estados como o Paraná e Ceará, há uma recomendação para que advogadas grávidas não passem pelo Scanner. Além disso, o tema tem sido debatido com o NESC. A assessora sugeriu que os próximos debates sobre esse tema sejam no espaço da reunião extra sobre denúncias.

A reunião de Outubro teve como um dos encaminhamentos uma reunião entre SMDHC e as organizações sociais que acolhem denúncias de familiares, pessoas em privação de liberdade e pessoas egressas do sistema prisional para debater sobre melhorias no processo de registro e tratativas de denúncias de violações de direitos. Com a equipe reduzida e as questões de fim de ano, foi difícil conseguir uma data para o encontro. No entanto, a equipe de Egressos e Familiares indicou como data o dia 01/03, às 15h, podendo ser na modalidade online ou presencial – o que será votado no grupo. Giovanna ressaltou a importância dessa reunião e apontou os principais assuntos a serem discutidos: quantidade das denúncias recebidas por cada OSC, quais dados coletam, quais as dificuldades encontradas, quais são as possibilidades de divulgação dos canais de denúncias, etc. Mais

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

informações serão enviadas posteriormente.

Antes de seguir com a reunião, Giovanna perguntou sobre a data certa das “Saidinhas”. A Portaria Conjunta nº 02/2019 do TJ indica que as datas das saídas temporárias serão sempre nas terças-feiras dos meses indicados. No entanto, foi informado pela sra. **Mary Jello**, e reforçado pela sra. **Zoraide** (NESC), que a primeira “Saidinha” do ano acontecerá no dia 12 de março a partir das 06h da manhã, a volta ocorrerá no dia 18 de março até às 14h. Essa informação será encaminhada por WhatsApp também. Desta forma, a data da reunião do GT de março também mudará para: 19 de março. E então, foram apresentadas as novas estagiárias da equipe: Jennifer e Mary Jello, ambas estudantes do curso de Serviço Social.

Em seguida, foi dado o informe sobre o início da consultoria que resultará na criação e distribuição de uma espécie de guia de serviços e direitos da população egressa do sistema prisional e familiares. Os recursos advindos para a contratação de um/a consultor/a para a redação do guia vieram de uma parceria entre a SMDHC e a UNESCO, o “PRODOC”. Trata-se de uma parceria que visa fomentar projetos de promoção de direitos humanos. O processo seletivo foi caracterizado como longo e trabalhoso, resultando na seleção do sr. **Bruno Karam** como consultor responsável pela redação do texto do guia informativo que será impresso e distribuído a todo público alvo e serviços pertinentes. Bruno apresentou sua experiência profissional, mencionando que já está trabalhando na redação da cartilha junto de Camila Felizardo. Falou também sobre o planejamento de versão atualizada das cartilhas que já existem e disse que parte dessa primeira parte de elaboração é realizar conversas com pessoas sobreviventes do cárcere e familiares. Bruno mencionou que foi feito um grupo de WhatsApp para conversarem com o público alvo e que na reunião estaria circulando uma lista para as pessoas deixarem contatos para realização das conversas.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares  
5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e  
Familiares**

Giovanna retomou a fala citando a publicação da portaria de nomeação de representantes de secretarias, também contou sobre a importância da presença de pessoas nomeadas em reuniões que não sejam da sua pauta, garantindo a interlocução entre as pastas municipais.

Ao perguntar sobre os informes da sociedade civil, a senhora **Helen Baum** (EMC) divulgou os eventos promovidos pelo Espaço Memória Carandiru, junto do Instituto Resgata Cidadão: no dia 25/02 acontecerá uma palestra com o tema “Pelo Direito à Memória, à Verdade e à Justiça”, gratuitamente, na Biblioteca São Paulo, das 13:30 às 15:30. Já no dia 22, das 18:30 às 21h, no Museu dos Aflitos (na Baixada do Glicério), acontecerá a roda de conversa “Liberdade e Carandiru: apagamento e resistência”.

A reunião caminhou para a fala de apresentação de uma retrospectiva de 2023 feita pela assessora Giovanna. Na fala, retomou-se que na reunião de agosto foram alinhados alguns temas de reuniões, horário, local, recorrência e formato - é o que se considera o “Pré-GT” o que antecede as “reuniões temáticas” que são enumeradas. Em setembro foi feita a reunião que discutiu a política nacional e a política municipal, para entender os diferentes textos e a diferença das esferas e atribuições de cada poder. Não foram registradas propostas específicas dessa reunião porque o esquema de apresentação de propostas veio como encaminhamento da reunião de denúncias.

A partir da reunião sobre acolhimento e direcionamento de denúncias, foram apresentadas sínteses das 11 propostas apresentadas e aprovadas pelo público do GT. Durante a leitura, a assessora Giovanna ressaltou que, por estarem aprovadas, elas não estão abertas para serem redigidas e/ou canceladas no momento da reunião. No mês de novembro, o tema foi sobre a política de saúde e as 6 propostas já aprovadas foram

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

apresentadas novamente<sup>1</sup>.

Já em relação às propostas sobre o tema anterior, trabalho e geração de renda, a primeira proposta foi aprovada sem ressalvas. A segunda, terceira e quarta foram sistematizadas de maneira única a partir do entendimento de que uma complementar a redação da outra. A Sra. **Arlete Silva** (SEHAB) comentou que a proposta está generalizada e sugeriu direcionar, acrescentou que pode-se considerar intervenções diferentes e separação de atribuições. A proposta, assim, não foi aprovada e será apresentada segundo o pedido de alteração

Das falas que ocorreram no momento de debates entre os textos não aprovados: a Sra. **Yara Toscano** (SAP/CAEF) falou sobre as legislações pertinentes para que as empresas entrem nas unidades prisionais (e sobre o bônus na isenção de alguns pontos), a entrada é pela FUNAP. O mesmo acontece com capacitação para pessoas pré-egressas. Em relação às pessoas egressas, o contato é por um setor diferente. São áreas diferentes dentro do universo de uma mesma secretaria. Posteriormente, Yara sugeriu buscar sobre as legislações pertinentes à instalação de empresas que atuam dentro das unidades, além de buscar as possibilidades de controle/pressão social.

A sra. **Tempestade** abordou que o trabalho dentro de unidades prisionais não tem remuneração decente, e que o preso não tem respaldo de nada, assim, a questão trabalhista deveria ter mais atenção - recolhimento de impostos, INSS, e essas questões burocráticas - o que implicaria em aumentar os salários também. Para além disso, Tempestade denuncia as empresas que não têm documentação correta e que, assim, não contam para a remissão de pena. Também sugeriu distribuir as cartilhas, que estão sendo feitas pelo consultor Bruno

---

<sup>1</sup> Por conta da limitação do tamanho da ata, não foi possível registrar todas as propostas apresentadas na reunião, no entanto, este texto estará disponível no *drive* aberto do GT.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

Karam, no sistema sem que a SAP “coloque o pé” (SIC). Por fim, lembrou sua proposta sobre trabalho dentro das unidades prisionais que foi protocolada na Prefeitura por meio do sistema SEI.

A sra. **Maria Lúcia Oliveira** (SMDDET) ressaltou que, mesmo que a empresa esteja dentro de unidades prisionais, ela deve obedecer às Leis Trabalhistas. Caso não aconteça, é necessário que ela seja denunciada.

O sr. **Kric Cruz** fez um relato sobre sua trajetória. Foram 40 anos preso – infância, adolescência e juventude, segundo ele, o que mudou a vida dele foi a educação e cultura. Mas ressaltou que foi um caminho que achou sozinho, sem apoio do Estado, que deveria ser o responsável por ressocializar. Da mesma forma que a educação e a cultura mudou a vida de Kric, ele considera que estes elementos devem transformar a vida de outras pessoas também, sobretudo a vida de crianças e adolescentes que estão na Fundação Casa. Para Kric, o avanço da cultura e da educação causa a queda de inaugurações de penitenciárias. O mesmo disse também sobre o problema do estigma da pessoa egressa que possui o número de matrícula para sempre e é obrigado a relatar em batidas policiais, o que lhe causa represálias. Em sua fala, Kric ressaltou que é importante a diversidade de oportunidades para pessoas egressas, algumas que fogem da lógica “empresarial” e leve em consideração a arte e cultura.

Em seguida, Helen Baum (EMC) alertou sobre a falta de projetos, estrutura e dados sobre mulheres egressas do sistema prisional. A maioria, segundo Helen, são mães solteiras e periféricas que não têm políticas de atenção especial a um recorte que já é vulnerabilizado em relação à procura de emprego. Principalmente, trabalho formalizado.

O sr. **Fábio Ferreira** (Amparar) falou sobre a questão da privatização das unidades prisionais e se, de alguma forma, o pedido de mais empresas dentro do sistema prisional

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

não alavanca essa questão. Fábio também alertou sobre o tema, afirmando a necessidade de se voltar para o público de egressos e familiares, e também sobre o alcance do município.

Após a volta do Coffee, a assessora Giovanna agradeceu a presença de representantes dos Centros de Referência de Promoção da Igualdade Racial (CRPIR), equipamento da rede da SMDHC vinculados à Coordenação de Políticas de Igualdade Racial - CPIR. Um panfleto foi disponibilizado para a divulgação das várias unidades do serviço. A sra. **Ana Katarina** (SMDHC/CPIR) se apresentou como assessora da Coordenação de Políticas de Igualdade Racial e contextualizou o equipamento como espaço de acolhimento para vítimas de racismo prestando atendimento multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais e advogados.

Em seguida, a sra. **Samira** (CnR - Bom Par) fez um agradecimento ao apoio que a rede deu, sobretudo através do Instituto ResponSA, ODH e SAP, no caso relatado anteriormente sobre uma senhora sobrevivente do cárcere que estava em situação de rua com graves problemas de saúde. O caso foi atendido e resultou na compra da passagem, por meio do Instituto ResponSA, desta senhora que voltou para a família no Estado da Bahia.

Voltando à leitura das propostas, a sra. Helen (EMC) pediu a inclusão da gratuidade da emissão de documentos com a apresentação do alvará de soltura. A sra. **Railda Alves** (Amparar) afirmou que algumas penitenciárias estão entregando o RG para pessoas que saem de saidinhas. Em resposta, a sra. Giovanna falou que a proposta tinha sido incluída porque na reunião passada surgiram denúncias de que a entrega dos documentos não estava acontecendo. A sra. Mary Jello citou o caso da PFC, unidade que não está liberando as mulheres com documentação, assim, respaldando o reforço do texto sobre entrega da documentação.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

A partir de algumas falas, a assessora Giovanna notou que muitas pessoas eram novas no espaço da reunião, assim, retomou como são feitas as propostas até então. Desta forma, Giovanna falou que o texto da proposta é uma síntese do que foi falado, em um texto que embora pareça amplo, tem a vantagem de ser encaixar propostas que não apareceram apenas na reunião e que podem surgir em outros momentos, com outras ideias. Paula completou lembrando de um dos intuitos do espaço do GT: o da construção de um relatório com não apenas as propostas, mas que seja um espelho da discussão dos temas. Além disso, Paula pontuou que serão feitas reuniões de articulações com as secretarias que participaram das discussões para entender como as demandas podem se encaixar em fluxos que já existem, ou em serviços, ações, políticas que já existem.

A sra. Arlete respondeu que a proposta é que seja feito um mapeamento do fluxo de emissão e das unidades que não fazem a entrega dos documentos e não o reforço sobre a necessidade da emissão do documento. Paula, por sua vez, disse que é possível que sejam feitas as duas ações porque ambas são importantes, então sugeriu a inclusão da recomendação e também do mapeamento. Em seguida, Giovanna reforçou que a equipe está sempre aberta – em vários canais – para recebimento de propostas, e Paula finalizou destacando a importância da proposta em formato de texto, para que não se perca os detalhes de cada fala.

Continuou-se a leitura dos problemas e propostas das quais algumas foram aprovadas e constam na planilha disponibilizada e outras suscitaram debate. A proposta, vinda da organização Casa Flores, recebeu comentários, sobretudo no que diz respeito à questão do “Centro de Formação” e das possibilidades de discussão. Paula complementou ao dizer que quando é colocado “programas e projetos específicos” é implícita a abrangência das possibilidades de especificidades. Além disso, acrescentou que no campo das

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

observações pretende-se pontuar as particularidades apresentadas nas reuniões. A sra. Arlete apontou que a proposta da coordenação não abrange o serviço colocado no texto da Casa Flores. Com mais questionamentos, foi indicado que a proposta voltaria para a organização que a propôs para que, assim, seja entendido o objetivo.

Entre os textos aprovados, Giovanna ressaltou a diferença entre Pró-Egresso Municipal e o Pró-Egresso Estadual. O do município de São Paulo estava sob guarda-chuva de uma secretaria que não existe mais, um exemplo dos textos que ficam fechados e acabam se perdendo quando ações institucionais não são sólidas o suficiente. Desta forma, a assessora ressaltou que um dos objetivos é a revisão do texto do decreto Nº 51.080/2009. As propostas que seguiram foram justificadas a partir da mudança de texto apresentado pela sociedade civil e alterado pela coordenação.

Posteriormente, foi repassada a palavra para o Sr. **Og Oliveira** (SMADS) que se apresentou como cientista social de formação e APPGG na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social com histórico de atuação na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. A apresentação de Og expôs como funciona a assistência social no município atualmente para que então seja possível identificar quais as necessidades de alteração e/ou abrangência para que ela se estenda de maneira qualificada ao público alvo da Lei Municipal Nº 17.933/2023.

Og destacou, inicialmente, que a política de assistência é decorrente da Constituição Federal de 1988 e tem caráter universal e abrangente. A universalidade foi reforçada como um dos principais pontos dos princípios organizativos do SUAS, sendo importante a articulação desse princípio com as pautas da população que está presente no GT. Da mesma forma, Og ressaltou o texto da constituição sobre a oferta da assistência para "quem dela necessitar", não podendo ser restritiva à população egressa.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares  
5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e  
Familiares**

Também apresentou a escala de proteção social da política pública, apresentando o decreto do SUAS com as principais atribuições e a escala de proteção social da política pública para elucidar as diferentes instâncias de atuação e atendimento. Além disso, apontou a diferença entre a atenção básica, média e alta complexidade, e o relatório da rede direta de atendimento, e da rede parceirizada: cada uma com 92 e 1386 serviços respectivamente.

Og apresentou a governança de rede da SMADS com o topo contendo “Supervisão - SAS”, dividida entre CREAS ou Centros POP, ambas ligadas ao um gestor de parceria que, por sua vez, é linkado aos serviços. Og apontou que um gestor de parceria pode ser o supervisor de mais de um serviço. Em seguida, apresentou dados sintetizados dos atendimentos de pessoas acolhidas: 76% homens e 24% de mulheres, com maioria entre 25 e 59 anos, sendo a grande maioria de pessoas negras (pardos + negros). Foi possível apreender, então, que não há números de pessoas egressas do sistema prisional na rede de acolhimento da SMADS, o que suscitou o debate sobre a solidez desse dado, uma vez que a pergunta pode significar, para o indivíduo, uma “ameaça”.

A sra. Helen Baum (EMC) perguntou sobre o acolhimento para pessoas egressas do sistema prisional que acabaram de sair das unidades e não têm para onde ir – seja a partir do alvará de soltura, ou liberdade condicional, ou saída temporária. Og respondeu que o poder público tem ausências nessa questão e sugere mapeamento, pelo GT, onde o poder público está deixando de atender alguns casos e quem deverá assumir essa responsabilidade.

Neste momento, surge a discussão, através da Sra. Yara Toscano (SAP/CAEF), sobre a fragilidade do marcador social de “egresso” através da pergunta “você é egresso do sistema prisional?”. No mesmo sentido, a sra. Arlete questiona se queremos que esse marcador

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

social crie um acesso específico a esse público ou que então trabalharemos com a universalidade de acesso. Em relação a questão levantada, Giovanna respondeu que a ideia ampla da política para população egressa não é “carimbar” a população, mas que a partir do momento que entendemos o processo de encarceramento como um processo de exclusão, precisamos, então, enquanto formuladores de políticas públicas, entender as demandas e criar fluxos específicos considerando estes pontos, além da necessidade de atuação de sensibilização de servidores públicos, que são a “ponta” da política pública.

O sr. **Joel Novaes** (Instituto Recomeçar) falou sobre o trabalho da organização com a população e citou alguns exemplos. Disse também que há uma grande camada de egressos do sistema prisional que não é mapeada e por isso não são apontados nos levantamentos estatísticos, dando a sensação de não existência ou de invisibilidade para essa parcela. Assim, colocou que é preciso que a assistência passe por uma capacitação para o atendimento qualificado de pessoas egressas do sistema prisional e que, políticas públicas de oferta a esse público (no sentido de garantia e promoção de direitos) faz com que esses “números” apareçam, como demonstrou um exemplo de ação feita na Cidade Tiradentes. Por fim, disse não existir capacitação no município para lidar com as demandas de pessoas egressas e suas especificidades.

A sra. **Jéssica Medeiros** (CRPIR) se apresentou como advogada do CRPIR e falou sobre dar destaque à relevância de se construir dados sobre o acolhimento e atendimento de pessoas egressas do sistema prisional. Disse que, embora seja um dado sensível e a resposta seja voluntária, a falta de números sobre essa população pode gerar invisibilização no acesso de políticas públicas, ao mesmo tempo que, por conta do estigma, é possível que a não declaração enquanto pessoa egressa pode proporcionar acesso à serviços de maneira direta, “sem preconceitos”.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares  
5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e  
Familiares**

Neste ponto, Yara relembra que a empresa pode ficar sabendo de qualquer forma, visto que o dado pode ser “facilmente” acessado pelo CPF.

Helen Baum retoma a palavra para concordar com Yara e acrescentou que deve haver alguma espécie de “benefício” do carimbo colocado pela sociedade. Que, em batidas policiais, as pessoas egressas são obrigadas a responder sobre sua condição e até mesmo sua antiga matrícula. Ou seja, Helen disse que a identificação já está dada, mas é utilizada para repressão e exclusão, e a ideia é mudar o quadro para um cenário de “benefício”.

A sra. **Ingrid Laura** (SMSE) voltou ao ponto da importância de ter vagas de acolhimento específicas para pessoas egressas (nas diversas situações processuais) na rede da assistência e desenvolvimento social.

O sr. Bruno Karam retomou a palavra para citar que o número de pessoas egressas no “Censo PopRua” foi feito apenas na fase amostral, o que não dá muita confiança para o dado. Além disso, disse que a pessoa egressa não tem o CPF regularizado se tem pena multa, e que, na atualização do CadÚnico, com o CPF irregular, não é possível acessar benefícios. Além disso, citou a ausência de comunicação entre a pessoa presa e seus familiares e que há um movimento de “peteca” entre CAEF e CREAS, ambos referenciando um ao outro no que diz respeito às demandas da população egressa.

A sra. **Gabrielle Dias** (SMS) falou sobre sua experiência dentro do Programa Redenção: uma política pública que, ao longo dos anos, a discussão sobre egressos e egressas foi surgindo dentro do escopo da questão de uso de substâncias (sic). Completou que é preciso ser levado à mesa para discussão. Além disso, pede-se algo além da cartilha, em formas de acolher melhor a população que sai sem apoio, e que é através das políticas públicas que deve-se dar uma saída mais digna.

O sr. Fábio Pereira (Amparar) voltou à fala e colocou que a discussão está sendo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares  
5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e  
Familiares**

qualificada. Deu atenção aos relatórios feitos por assistentes sociais do NESC sobre a condição das unidades prisionais que dá luz à questão da não articulação de rede entre as Assistentes sociais de dentro e as assistentes sociais de fora do sistema prisional. Acrescentou que é difícil pensar o lugar do universal e do específico, e que a pessoa que está em unidade prisional não é da cadeia (sic) e sim do território, assim, é necessária articulação com o território. Ao mesmo tempo, Fábio entendeu que não se trata da atuação de um profissional ou outro pontualmente e sim do lugar de atuação que permeia um controle de corpos e que é voltado exclusivamente para a segurança.

A sra. Tempestade continuou sobre as assistentes sociais que estão dentro das unidades, dizendo que elas passam por uma série de normativas mas que são profissionais que têm dados e que conseguem os levar para fora no sentido da articulação para entender àqueles que não têm contato com a família, e as outras especificidades.

A sra. **Larissa Reis** (NPJ - Santa Cecília) relatou que atendem muitas pessoas egressas e que entram na questão de como não infringir o sigilo profissional, mas que dá para construir isso tanto com a sociedade civil, quanto com os profissionais responsáveis no objetivo de reunir dados que dêem maior entendimento em relação à pauta.

O sr. **Maurício Monteiro** falou que relata sua história não pela glória mas para reforçar que vai acessar onde quiser e puder. E, após falas sobre exclusão e “demarcação” de pessoas egressas, reforçou a importância de construir instrumentos de levantamento de dados para a concretização real da política.

A reunião encaminhou os seguintes pontos:

1. Fazer e distribuir forms para facilitar o recolhimento de propostas da sociedade civil;
2. Passar para o grupo as datas das saídas temporárias;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares  
5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e  
Familiares**

3. Inclusão de pessoas que pediram para entrar no grupo;
4. Próxima reunião mudará de data (para o dia 19/03) por conta das ações de saídas temporárias;
5. Votação do próximo tema no grupo;
6. Contato com a Casa Flores para entender propostas enviadas;
7. Reformulação de propostas não aprovadas;
8. Informações sobre legislações pertinentes à instalação de empresas que atuam dentro das unidades.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

**Lista de Siglas**

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;  
IREC - Instituto Resgata Cidadão;  
EMC - Espaço Memória Carandiru;  
CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente;  
SMS - Secretaria Municipal da Saúde;  
SEABEVS - Secretaria Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde;  
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;  
CPD - Coordenação de Políticas sobre Drogas;  
CRPIR - Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial;  
DPE - Defensoria Pública;  
NESC - Núcleo Especializado de Situação Carcerária;  
CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana;  
NPJ - Núcleo de Proteção Jurídica;  
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação;  
SMDDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;  
CT - Coordenadoria do Trabalho;  
ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;  
SMSE- Serviço de Medida Socioeducativa;  
CPPSR - Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua;  
CPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;  
ODH - Ouvidoria de Direitos Humanos;  
SGM - Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo;  
SEPE - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos;  
CNR - Consultório na Rua;  
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito;  
SAP - Secretaria de Administração Penitenciária;  
CRSC - Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania  
CPDDH - Coordenadoria de Promoção e Defesa de Direitos Humanos;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares  
5ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e  
Familiares**

OSC - Organização da Sociedade Civil;

APPGG - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental.